

L E I Nº 543/64

Data : 12 de dezembro de 1964.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sancionado a seguinte

L E I

Artigo 1º - Fica aprovado o orçamento geral do Município de Bandeirantes, para o exercício financeiro de 1965, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei e que estima a RECEITA e fixa a DESPESA, Cr\$ 250.000,000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, suprimentos de fundo e outras fontes de renda, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo II e seus subanexos, de acordo com o seguinte desdobramento:

Receitas Correntes Cr\$ 250.000.000,00
Renda Tributária Cr\$ 68.041.000,00
Renda Patrimonial Cr\$ 2.059.000,00
Renda Industrial Cr\$ 1.200.000,00
Renda de Transferências Correntes Cr\$ 174.500,00
Rendas Diversas Cr\$ 4.200,00

Artigo 3º - A Despesa será realizada na forma dos quadros analíticos constante dos anexos III seguintes e respectivos subanexos, conforme discriminação seguinte:

Câmara Municipal Cr\$ 1.532.000,00
Prefeitura Cr\$ 248.468.000,00
Gabinete do Prefeito Cr\$ 6.210.000,00
Secretaria Cr\$ 12.400.000,00
Serviço da Fazenda Cr\$ 21.988.000,00
Delegacia de Polícia Cr\$ 180.000,00
Junta de Alistamento Militar Cr\$ 1.200.000,00
Campo Agrícola Cr\$ 1.150.000,00
Serviço de Obras e Viação Cr\$ 41.270.000,00
Aeroporto Cr\$ 980.000,00

Serviço de Educação e Cultura Cr\$ 15.000.000,00
Trabalho, Previdência e Assistência Social Cr\$
13.820.000,00
Serviços Urbanos Cr\$ 127.730.000,00
TOTAL: Cr\$ 250.000.000,00

Artigo 4º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a:

I – Efetuar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 10% (dez por cento) do total da receita estimada;

II – Abrir créditos suplementares de 50% (cinquenta por cento) das dotações referentes às verbas de custeio de serviços (3.1.0.0), investimentos (4.1.0.0) e inversões financeiras (4.2.0.0).

Artigo 5º - A execução da despesa variável dependerá de comportamento efetivo da receita, ficando o Prefeito autorizado a aprovar, por decreto, um plano de contenção das despesas que não sejam fixas, até o limite de 40% (quarenta por cento).

Parágrafo Único – Se no decurso do exercício, a arrecadação atingir os níveis previstos, poderão ser liberadas, por decreto do Prefeito, proporcionalmente, as dotações incluídas no plano de contenção.

Artigo 6º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor a partir do dia 1º de Janeiro de 1965.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 14 de dezembro de 1964.

Moacyr Castanho
Prefeito Municipal

Antônio C. Zulmires de Campos
Oficial administrativo